

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Procuradoria-Geral de Justiça
Secretaria da Comissão de Concurso
XLVIII Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público
30 de novembro de 2008

PROVA ESCRITA – 1ª ETAPA
DURAÇÃO: 4 HORAS
VALOR: 70 PONTOS

INSTRUÇÕES GERAIS

Senhor(a) Candidato(a)

-Esta prova compõe-se de 42 páginas numeradas e 70 questões:

- . 10 (dez) questões de Direito Penal e Criminologia;
- . 10 (dez) questões de Direito Processual Penal;
- . 10 (dez) questões de Direito Civil;
- . 10 (dez) questões de Direito Processual Civil;
- . 10 (dez) questões de Direito Constitucional;
- . 10 (dez) questões de Direito Administrativo e Tributário;
- . 10 (dez) questões de Legislação Especial.

Marque apenas UMA opção por questão.

Não deixe nenhuma questão em branco.

Preencha o gabarito depois de resolvida a prova.

Ao preencher o gabarito, utilize somente caneta esferográfica azul ou preta.

No gabarito, preencha TOTALMENTE o espaço relativo à opção feita.

Assine o gabarito no local apropriado.

O caderno de questões e o gabarito oficial deverão ser DEVOLVIDOS.

O gabarito rascunho poderá ser destacado para anotações.

BOA PROVA!

BANCA EXAMINADORA DO XLVIII CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DIREITO PENAL

Titular: Procurador de Justiça Rogério Greco
Suplente: Promotor de Justiça Joaquim José Miranda Júnior

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Titular: Procurador de Justiça Carlos Henrique Fleming Ceccon
Suplente: Promotor de Justiça Adriano Botelho Estrela

DIREITO CIVIL

Titular: Salomão de Araújo Cateb
Suplente: André Cordeiro Leal

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Titular: Procurador de Justiça Almir Alves Moreira
Suplente: Promotor de Justiça Fernando Rodrigues Martins

DIREITO CONSTITUCIONAL

Titular: Procuradora de Justiça Gisela Potério Santos Saldanha
Suplente: Promotor de Justiça Renato Franco de Almeida

DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

Titular: Procurador de Justiça Marco Paulo Cardoso Starling
Suplente: Promotor de Justiça Elvécio Antunes de Carvalho Júnior

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Titular: Procurador de Justiça Rômulo de Carvalho Ferraz
Suplente: Promotor de Justiça Marcos Paulo de Souza Miranda

PROVA DE DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA

1. Em um parque de exposição, um policial, do interior de sua guarita onde se encontrava de plantão, presencia o início da prática de um crime de roubo. Ao perceber que a vítima era um antigo desafeto, mesmo tendo plenas condições de evitar a prática do delito, dolosamente, omite-se, permitindo a consumação da infração penal, com a subtração dos bens pertencentes àquela. Nesse caso, qual o delito praticado pelo policial?

- a) Prevaricação.
- b) Roubo por omissão.
- c) Fato atípico.
- d) Roubo impróprio.
- e) Omissão de socorro.

2. Em cumprimento a uma diligência que visava a cumprir um mandado de prisão, determinado policial é recebido a tiros por aquele que, por ele, deveria ser preso. Ato contínuo, sacou sua arma e efetuou um disparo, que atingiu mortalmente o agressor. Nesse caso, podemos afirmar ter o policial agido em:

- a) homicídio simples.
- b) estrito cumprimento do dever legal.
- c) legítima defesa real.
- d) estado de necessidade.
- e) exercício regular de direito.

PROVA DE DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA

3. Supondo ser a sua, o agente retira da esteira de um aeroporto a mala pertencente a outra pessoa. Quando aguardava a chegada de um táxi, o proprietário da mala a reconhece e busca socorro junto à autoridade policial, que prende o agente em flagrante pelo crime de furto. Nesse caso, o agente:

- a) atuou em erro de tipo, afastando-se o dolo e, conseqüentemente, a tipicidade do fato.
- b) atuou em erro de proibição, pois não tinha conhecimento sobre a ilicitude do fato, afastando-se, outrossim, a sua culpabilidade.
- c) praticou o crime de furto.
- d) praticou o crime de apropriação indébita.
- e) responderá por tentativa de furto simples.

4. Fazendo-se passar por um manobrista, o agente faz com que a própria vítima lhe entregue as chaves do carro, oportunidade em que se retira tranqüilamente do local, fugindo com o veículo. Nesse caso, podemos afirmar que o agente praticou o delito de:

- a) furto mediante fraude.
- b) furto qualificado pelo abuso de confiança.
- c) estelionato.
- d) apropriação indébita.
- e) furto simples.

PROVA DE DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA

5. Em conversa com Augusto, Ricardo confessa que tinha um plano de subtrair os bens móveis que guarneciam determinada residência, com a finalidade de vendê-los, posteriormente, mas que somente não levaria o plano a efeito em virtude de não ter encontrado, ainda, um local para acondicionar a *res furtiva* após a subtração. Nesse instante, Augusto oferece-lhe um galpão, dizendo, no entanto, que o espaço deveria estar desocupado em 30 dias, quando seria entregue ao futuro locatário do imóvel. Em virtude dessa promessa, Ricardo coloca em prática o plano criminoso, tendo sucesso na subtração dos bens e, ato contínuo, acondiciona-os no local cedido por Augusto. Nesse caso, podemos afirmar que Augusto:

- a) praticou o crime de furto, em concurso com Ricardo.
- b) praticou o crime de favorecimento real.
- c) praticou o crime de favorecimento pessoal.
- d) praticou o crime de receptação.
- e) NDA

6. De acordo com a teoria finalista da ação:

- a) o injusto penal passou a ser subjetivo.
- b) a culpabilidade é composta pelos elementos subjetivos e normativos.
- c) a ação define-se meramente como o comportamento humano voluntário manifestado no mundo exterior.
- d) a ilicitude prescinde da análise do elemento subjetivo do agente.
- e) O dolo é analisado tanto em sede de tipo penal, quanto na culpabilidade (dupla valoração do dolo).

PROVA DE DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA

7. De acordo com a teoria limitada da culpabilidade:

- a) o erro que recai sobre uma situação fática é considerado erro de tipo permissivo.
- b) tanto o erro que recai sobre uma situação fática é considerado erro de tipo permissivo, como aquele que recai sobre as causas de justificação.
- c) somente é considerado erro de tipo permissivo o que recai sobre causas de justificação.
- d) o erro sobre a situação fática deverá ser analisado em sede de culpabilidade.
- e) NDA

8. Modernamente, o chamado direito penal do inimigo pode ser entendido como um direito penal de:

- a) primeira velocidade.
- b) garantias.
- c) segunda velocidade.
- d) terceira velocidade.
- e) quarta geração.

PROVA DE DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA

9. Após discutir com Lúcia, sua namorada, Augusto perdeu o controle e desferiu-lhe um violento soco no rosto, que a fez cair, batendo com a cabeça no meio fio de uma calçada. Ao perceber que sua namorada havia desmaiado, desesperado, levou-a imediatamente ao pronto-socorro mais próximo. Após ficar internada por uma semana, Lúcia veio a falecer devido ao traumatismo crânio-encefálico sofrido. Neste caso, Augusto teria cometido o delito de:

- a) homicídio culposo.
- b) lesão corporal seguida de morte.
- c) homicídio doloso.
- d) lesão corporal simples.
- e) homicídio privilegiado.

10. Marque a alternativa **INCORRETA**.

- a) A prática do *bullying* configura-se em uma atividade saudável ao desenvolvimento da sociedade, pois que investe no bom relacionamento entre as pessoas.
- b) As principais áreas do estudo do criminólogo são: o delito, o delinqüente, a vítima e o controle social.
- c) A teoria do etiquetamento diz respeito aos processos de criação dos desvios.
- d) A criminologia da reação social procura expor de forma clara e precisa que o sistema penal existente nada mais é do que uma maneira de dominação social.
- e) A cifra negra pode ser concebida, resumidamente, no fato de que nem todos os crimes praticados chegam ao conhecimento oficial do Estado.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

11. Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A suspensão condicional do processo não será concedida se, no prazo de cinco anos, o agente foi contemplado com medida idêntica.
- b) A ausência do Ministério Público à audiência de sorteio dos jurados importa o adiamento obrigatório deste ato processual.
- c) O instituto da transação penal é aplicável às pessoas que gozam de foro por prerrogativa de função.
- d) Membros do Ministério Público e Senadores não podem ser presos em flagrante de crime inafiançável.
- e) No procedimento ordinário, ocorrendo a citação por edital, o prazo para a defesa começa a fluir na data da nomeação do defensor dativo.

12. Sobre o tema prisão e liberdade provisória, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) É cabível recurso em sentido estrito contra decisão que nega o pedido de relaxamento de prisão em flagrante.
- b) O auto de prisão em flagrante será lavrado pela autoridade policial do local onde se deu a prisão, mesmo que tenha ocorrido em outro Estado.
- c) É vedada a liberdade provisória vinculada se a infração penal for punida com reclusão e o réu for reincidente.
- d) O policial que prende o delinqüente em flagrante delito atua no exercício regular de direito.
- e) Ocorre o flagrante presumido ou ficto quando o agente é perseguido em situação que faça presumir ser ele o autor da infração penal.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

13. Considere as seguintes assertivas:

I – Se a denúncia for aditada antes de ser proferida a sentença (artigo 384 do CPP), a parte poderá arrolar até cinco testemunhas.

II – É incabível recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar.

III - Nos termos da Lei dos Juizados Especiais Criminais (Lei n.º 9.099/95) a prática de atos processuais em outra comarca prescinde a solicitação de carta precatória.

IV – A Lei Processual Penal concede ao Juiz o prazo de dois dias para proferir os despachos de mero expediente.

Estão **CORRETAS** as afirmativas nos números:

a) I e II.

b) I e III.

c) I e IV.

d) II e III.

e) II e IV.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

14. Quanto ao processo de execução penal (Lei n.º 7.210/1984), assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) O trabalho do preso provisório é obrigatório e deverá ser executado no interior do estabelecimento prisional onde se encontra.
- b) Os condenados pela prática de crimes hediondos podem prestar trabalho externo, na forma estabelecida na legislação pertinente.
- c) A remição da pena será deferida pelo diretor do estabelecimento prisional, depois de ouvido o Ministério Público.
- d) É vedado o benefício do livramento condicional ao sentenciado reincidente que cumpre pena por crime hediondo.
- e) O princípio da fungibilidade dos recursos não se aplica às situações previstas na Lei de Execução Penal.

15. Quanto às regras de competência estabelecidas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A competência é determinada pela continência quando duas ou mais infrações houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas em concurso.
- b) Nos crimes permanentes, praticados em território de mais de uma jurisdição, a competência firmar-se-á pela regra da distribuição.
- c) A exceção de incompetência do juízo poderá ser oposta, verbalmente ou por escrito, até a prolação da sentença.
- d) Nos conflitos de competência não se faz necessário que as autoridades conflitantes pertençam à estrutura do mesmo Poder estatal.
- e) A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função instituída pela Magna Carta.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

16. Quanto ao rito estabelecido pelo Código de Processo Penal para os crimes de competência do júri, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) O jurado deverá ter a idade mínima de dezoito anos.
- b) Nos debates orais, é vedado às partes fazer referências à pronúncia.
- c) Será elaborado quesito obrigatório sobre circunstâncias atenuantes.
- d) O julgamento poderá ser realizado sem a presença do réu.
- e) As partes podem formular perguntas diretamente às testemunhas.

17. Sobre a prova no Processo Penal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Na busca domiciliar, é imprescindível a autorização judicial, que poderá ser requerida pela autoridade policial ou pelo Ministério Público.
- b) É vedada a interceptação das comunicações telefônicas nos processos por contravenções penais.
- c) Somente quanto ao estado das pessoas serão observadas as restrições à prova estabelecida na lei civil.
- d) O assistente do Ministério Público poderá formular quesitos aos peritos e indicar assistente técnico.
- e) Por expressa disposição do CPP são inadmissíveis as provas ilícitas por derivação.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

18. Sobre os recursos no Processo Penal, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) O recurso cabível contra as decisões proferidas no curso dos processos de competência do júri é o de apelação.
- b) Pelo princípio da voluntariedade, as partes ou os defensores poderão renunciar o recurso que interpuseram.
- c) Nos crimes de ação penal de iniciativa privada, pode o Ministério Público recorrer da decisão que absolveu o acusado.
- d) Como regra, os recursos previstos no Código de Processo Penal são dotados de efeito suspensivo.
- e) A desistência e a deserção são causas supervenientes à interposição do recurso e acarretam a sua extinção.

19. Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Compete ao STJ decidir conflitos de competência entre o Juizado Especial Federal e o Juízo Federal da mesma Seção Judiciária.
- b) É incabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva.
- c) No procedimento para aplicação de medida socioeducativa, é cabível a desistência de outras provas em face da confissão do adolescente.
- d) No processo penal contam-se os prazos da data de juntada aos autos do mandado ou da carta precatória.
- e) Cabe *habeas corpus* em processo no qual a pena de multa é a única cominada ou contra decisão condenatória à pena de multa.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

20. Considere as seguintes afirmações:

I - São admissíveis embargos infringentes contra decisões proferidas pelas Turmas Recursais dos Juizados Especiais Criminais.

II - O trabalho do preso que está no gozo do livramento condicional não é considerado para a concessão da remição da pena.

III - São princípios que informam o tema das nulidades o da causalidade, o da convalidação, o do prejuízo e o do interesse.

IV - A anistia, a graça e o indulto são causas de extinção da punibilidade e podem ser deferidos no curso do processo de execução penal.

Estão **INCORRETAS** as afirmativas nos números:

a) I e II.

b) I e III.

c) I e IV.

d) II e III.

e) II e IV.

21. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) O termo personalidade corresponde à aptidão da pessoa natural adquirir direitos e contrair obrigações.
- b) O nascituro não tem capacidade para exercer direitos, embora a lei lhe outorgue expectativa de direitos.
- c) Personalidade é atributo da dignidade do homem, motivo pelo qual a pessoa jurídica não tem personalidade.
- d) A concepção determina o início da existência do ser humano, mas não a sua personalidade.
- e) A lei brasileira não consagra a morte civil; portanto, só a morte física extingue a personalidade.

22. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A lei reconhece, também, ao Ministério Público a legitimidade para requerer a declaração de ausência do desaparecido.
- b) Ocorrendo a morte simultânea, decorre que as pessoas não serão herdeiras entre si, não transmitirão uma à outra a herança.
- c) A certidão de óbito, lavrada em consequência de atestado médico, que atesta a morte, é condição para o sepultamento.
- d) Estado da pessoa é o modo particular de existir, é uma situação jurídica resultante de certas qualidades inerentes à pessoa.
- e) O incapaz que sucede empresário capaz exerce os atos livremente, sem assistência ou representação do curador.

23. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A legislação brasileira atual, embora menos formalista, não admite, contudo, qualquer tipo de testamento sem a presença de testemunhas.
- b) Deverá o testamento público ser lavrado pelo notário ou seu substituto legal, sempre em língua portuguesa e lido antes de ser assinado.
- c) Deixando o testador legado de pensão periódica, a favor do legatário, esta poderá ser cobrada pelo beneficiário a partir da morte do testador.
- d) Admite-se o cumprimento concomitante de três testamentos, dispondo de bens diferentes a legatários comuns ou diversos e prelegatários.
- e) O testamento particular, digitado no computador, não pode conter rasuras ou espaços em branco, será testemunhado, lido e assinado.

24. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) O menor de 15 anos, casado com autorização judicial, pode praticar os atos da vida civil, sem a permissão de seu representante.
- b) Reconhecida a filiação por sentença judicial, imprescindível a averbação em registro público para produzir efeitos *erga omnes*.
- c) Poderá o sobrinho propor ação judicial, visando proteger a honra de tio pré-morto, atingida por ações emanadas de filho do *de cujus*.
- d) A adoção de maiores de 18 anos, em processo administrativo, dependerá, para sua eficácia, da assistência do representante do MP.
- e) Falsificada a assinatura do menor em escritura de venda de imóvel, terá ele de, após a maioridade, propor ação anulatória para recuperar o bem.

25. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) O locador que viaja, deixando de dar notícias por mais de cinco (5) anos, terá seus bens administrados por curador, requerido em juízo pelo MP ou qualquer interessado.
- b) O testador delega ao Banco do Brasil a administração de bem de família instituído, cujos frutos serão entregues ao cônjuge supérstite, até a maioridade dos seus filhos.
- c) Vivendo em quartos separados, no mesmo lar, o varão não pode contratar união estável com outra mulher desimpedida, adotando regime de participação final nos aquestos.
- d) O procurador com poderes especiais em instrumento particular de procuração, com duas testemunhas, legitima a celebração do casamento do mandante, nos termos da lei.
- e) Após cautelar de separação judicial de corpos, é válido o contrato de união estável, estipulado o regime de comunhão parcial de bens do varão com mulher divorciada.

26. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Poderá o menor, em idade núbil, casado às escondidas de seu representante legal, postular em juízo a anulação do ato, fazendo-o nos 180 dias seguintes à data da celebração.
- b) Embora firmando documentos na habilitação do casamento do menor, sob sua curatela, no registro civil, poderá o curador revogar sua autorização, antes da celebração do ato.
- c) O MP pode requerer a ação direta de decretação de nulidade de casamento de primos, considerando que o Código Civil impede o ato por parentes colaterais até o terceiro grau.
- d) Presume-se existido o casamento, se ambos os cônjuges já faleceram, mas viveram na posse do estado de casados por longos anos, ainda que sem a prova legal do ato.
- e) O fato de o adolescente ter contraído núpcias, por temor reverencial ao pai, que descobre relações sexuais com o namorado, não caracteriza coação, capaz de anular o casamento.

27. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A lei veda ao consorte impor o seu sobrenome ao outro, como condição para o casamento; em caso de separação judicial, cabe à ex-mulher conservá-lo ou não.
- b) O pacto antenupcial, lavrado em qualquer cartório de notas do território brasileiro, é eficaz e gera imediatos efeitos perante terceiros.
- c) Os alimentos, provisórios ou definitivos, pagos a qualquer título, são irrepetíveis, ainda que o alimentante vença a ação que lhe foi oposta.
- d) O devedor não pode, sob o argumento de que a filha menor de 15 anos ficou grávida, eximir-se da obrigação alimentar, imposta em ação judicial.
- e) Capaz o alimentante, as prestações alimentícias poderão ser atualizadas segundo tabela oficial editada pela Corregedoria Geral de Justiça.

28. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Presume-se concebido na constância do casamento o filho proveniente de inseminação artificial heteróloga, desde que tenha prévia autorização do marido.
- b) A separação judicial, o divórcio, a anulação do casamento não autorizam a nomeação de tutor, continuando os filhos sob poder familiar dos pais.
- c) A tarefa de vigiar as atividades do tutor cabe ao protutor, também, ao MP, requerendo ao juiz as providências necessárias para proteger os bens do incapaz.
- d) O tutor prestará contas de seus atos no fim de cada ano em balanço, submetendo-o ao juiz, embora os pais do tutelado tenham dispensado-o de prestação de contas.
- e) Os filhos havidos de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga, após óbito do cônjuge, serão reconhecidos somente por sentença judicial.

29. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A usucapião extraordinária dispensa a prova do justo título e da boa-fé e se consuma no prazo legal, desde que ininterrupto e sem oposição.
- b) A arrecadação dos bens, por curador da herança jacente, não interrompe, só por si, a posse que os possuidores exerciam e continuaram exercendo sobre o imóvel.
- c) A reserva mental é uma declaração sem a vontade correspondente, equiparada à simulação, cujo negócio simulado pressupõe consenso ou acordo.
- d) Cabe ao MP, em relação às fundações, aprovar o estatuto e suas modificações, fiscalizar as suas atividades e requerer sua extinção, tornando-se ilícita ou impossível sua finalidade.
- e) A regra geral, prevista no Código Civil, determinando o cumprimento da obrigação, é que o lugar do pagamento é o do domicílio do devedor.

30. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Os pais, no exercício do poder familiar, podem transferir o usufruto dos bens dos seus filhos menores, por título gratuito ou oneroso a terceiros.
- b) A cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, é válida e eficaz, salvo se da prevalência de tal estipulação resultar inviabilidade ou especial dificuldade de acesso ao Judiciário.
- c) A manifestação do herdeiro, no processo de inventário, condicionando o recebimento da herança a ele atribuída, à desoneração de bem do seu interesse é ineficaz.
- d) O testador não pode deserdar seu filho que tentou, infrutiferamente, subtrair-lhe vultosa quantia em conta bancária, prejudicando os outros herdeiros.
- e) Na dissolução da sociedade conjugal por morte, verificar-se-á a meação do cônjuge sobrevivente, na forma estipulada pela legislação vigente.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31. Quanto à ação de improbidade administrativa de que trata a Lei Federal n.º 8.429/92, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) ressalvada a hipótese de ressarcimento de dano ao erário, cuja ação prescreve em vinte anos, as demais medidas judiciais destinadas à aplicação das outras penas cominadas ao responsável pelo ato de improbidade administrativa prescrevem em cinco anos.
- b) a cautelar de indisponibilidade patrimonial deve incidir sobre o montante de bens necessário ao integral ressarcimento do dano causado, bem como à execução da multa civil.
- c) antes do recebimento da petição inicial, o juiz ordenará a notificação do requerido para que este, querendo, ofereça manifestação por escrito.
- d) é vedada a transação, acordo ou conciliação.
- e) da decisão que receber a petição inicial caberá agravo de instrumento.

32. No tocante à ação civil coletiva de responsabilidade pelos danos individualmente sofridos, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) os entes e as pessoas legitimadas a proporem a ação agem como substitutos processuais.
- b) a competência para as causas da justiça estadual, tratando-se de dano de âmbito regional e estendendo-se por várias comarcas, será do foro da Capital do Estado.
- c) os titulares do direito pleiteado na ação coletiva poderão ingressar no pólo ativo como litisconsortes; e os que nela ingressarem serão atingidos pelos efeitos da coisa julgada material na hipótese de o pedido ser, no mérito, considerado improcedente, não podendo renovar a ação a título individual.
- d) as ações individuais ajuizadas pelos titulares do direito serão obrigatoriamente reunidas à ação coletiva por determinação *ex officio* do juiz, a fim de se evitarem julgados dissidentes.
- e) julgado procedente o pedido e estabelecida a obrigação de indenizar, a condenação será genérica, transferindo-se a apuração do *quantum debeatur* e dos destinatários para a fase de liquidação.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

33. No que diz respeito aos atos processuais regulamentados pela Lei Federal n.º 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) o prazo para interpor e responder o recurso de apelação será sempre de 10 (dez) dias.
- b) o Ministério Público tem legitimidade para promover os procedimentos de nomeação e remoção de tutores, curadores e guardiães.
- c) o Ministério Público tem legitimidade para propor ação de natureza individual em favor de criança e de adolescente para garantir a eles o acesso ao ensino fundamental.
- d) as associações legalmente constituídas e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos pela Lei n.º 8.069/90 têm legitimidade concorrente para o ajuizamento de ação individual em favor de crianças e adolescentes.
- e) o procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não-governamental poderá ser iniciado, *ex officio*, pela autoridade judiciária.

34. Assinale a resposta **INCORRETA**.

O juiz de primeiro grau, regularmente provocado, pode retratar-se do ato judicial que:

- a) antes da citação do réu, fundado em precedentes sobre casos idênticos envolvendo matéria unicamente de direito e decididos no juízo em que atua, julga improcedente o pedido.
- b) no procedimento comum ordinário, indefere de plano a petição inicial.
- c) homologa pedido de desistência de recurso.
- d) nega seguimento a recurso de apelação.
- e) recebe petição inicial de ação civil pública por ato de improbidade administrativa.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

35. Para executar projeto de edificação de uma fábrica, foram contratadas duas empresas especializadas no setor da construção civil (empresa “A” e empresa “B”), as quais decidiram instalar, para uso comum, uma única dependência provisória destinada ao desenvolvimento das atividades administrativas da obra (escritório, refeitório e banheiros). Entretanto, não obstante fosse o imóvel coberto por vegetação e existisse licença ambiental definindo a área que poderia ser desmatada, as empresas contratadas, com o intuito de facilitar a circulação de pessoas e de materiais, deliberaram instalar a referida dependência provisória fora daqueles limites, à margem de um rio ali existente, em área de preservação permanente, causando, assim, degradação e dano ambiental. Chegando o fato ao conhecimento de uma associação cuja finalidade institucional é a proteção do meio ambiente, constituída legalmente há menos de um ano, ela ajuizou ação civil pública para exigir a recuperação da área e o ressarcimento dos prejuízos causados, tendo optado, porém, por demandar apenas contra a empresa que possuía maior patrimônio (empresa “A”).

Por sua vez, o proprietário do imóvel vizinho, também inconformado com aquela situação, propôs ação popular para anular o ato lesivo ao meio ambiente.

Considerando-se o que consta no enunciado, assinale a resposta **CORRETA**.

- a) O Ministério Público não poderá intervir como parte na ação civil pública ajuizada pela associação. Atuará como fiscal da lei.
- b) A ação popular constitui instrumento processual inadequado para o fim perseguido.
- c) O juiz deverá ordenar à autora da ação civil pública que promova a citação da empresa “B”, por ser ela litisconsorte passivo necessário.
- d) O proprietário do imóvel vizinho tem legitimidade para intervir na ação civil pública como litisconsorte ativo.
- e) O Juiz pode dispensar o requisito da pré-constituição exigido da associação autora e processar a ação civil pública, por entender que a situação revela interesse social manifesto e relevante.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

36. Contestada a ação ordinária, o meritíssimo Juiz designou audiência de conciliação, à qual compareceram apenas os advogados das partes, comprovando que possuíam poderes para transigir. Iniciada a audiência, o advogado do réu informou que, por esquecimento, ao preparar a contestação, deixou de argüir uma questão prejudicial de mérito (coisa julgada), e que pretendia, naquele momento, complementar a peça de defesa e juntar aos autos os documentos comprobatórios. Depois de ouvido o advogado do autor, o Magistrado examinou a situação e, na mesma audiência, na presença dos causídicos, proferiu julgamento acolhendo a preliminar de coisa julgada e extinguindo o processo. Inconformado, o autor recorreu, submetendo a controvérsia ao Tribunal de Justiça.

Considerando-se o que consta no enunciado, assinale a resposta **CORRETA**.

- a) A tese de coisa julgada, por não ter sido argüida na contestação, estava preclusa e, conseqüentemente, ao julgador era vedado o seu acolhimento.
- b) O ato judicial que admitiu a coisa julgada pôs fim ao processo com resolução de mérito.
- c) O recurso cabível contra tal julgamento prevê prazo de dez dias para a sua interposição.
- d) O prazo recursal teve início depois de intimado pessoalmente o autor, contado da data em que o respectivo mandado foi juntado aos autos.
- e) O relator do recurso, por meio de decisão singular e ao fundamento de que o inconformismo se revela manifestamente improcedente, pode negar-lhe seguimento.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

37. No dia 9 de junho de 2008 (segunda-feira), a Prefeitura Municipal notificou o cidadão “A” do indeferimento do seu recurso administrativo e da confirmação da obrigação de ele demolir parte do muro construído fora dos limites de sua propriedade, porquanto, segundo a autoridade notificante, a obra teria invadido a via pública. Com o objetivo de modificar tal decisão, o notificado peticionou novamente à Prefeitura pleiteando a reconsideração do ato, insistindo na tese recursal de que o muro foi construído regularmente, nos limites do imóvel, sem atingir área pública. Não conhecido o seu pedido e cientificado da deliberação (fato ocorrido no dia 8 de julho de 2008 – terça-feira), o notificado – ainda na via administrativa e informalmente – buscou resolver a questão. Não obtendo êxito e temendo que a Prefeitura executasse a demolição do muro, ele impetrou mandado de segurança (distribuído no dia 3 de novembro de 2008 – segunda-feira), instruindo a petição inicial com o título de propriedade, croqui da situação do imóvel e memorial descritivo, documentos que, no seu entender, comprovariam a regularidade da obra. Colhidas as informações da autoridade impetrada – a qual apresentou prova técnica que, a seu juízo, demonstraria a legalidade do ato que determinou a demolição – e ouvido o Ministério Público, o Magistrado proferiu sentença, reconhecendo, de ofício, a decadência, ao fundamento de que o mandado de segurança teria sido impetrado depois de decorridos cento e vinte dias contados da ciência, pelo interessado, da decisão que julgou o recurso administrativo (dia 9 de junho de 2008). Descontente com o resultado, o impetrante apelou.

Considerando-se o que consta no enunciado, assinale a resposta **CORRETA**.

- a) O reconhecimento da decadência afeta o próprio direito material, impedindo que ele seja objeto de outra ação judicial.
- b) O pedido de reconsideração do ato administrativo constitui causa de interrupção do prazo decadencial e, conseqüentemente, não teria ocorrido, no caso concreto, a decadência.
- c) A sentença, além de impugnada por meio de recurso voluntário, está sujeita também a reexame necessário.
- d) A turma julgadora do recurso voluntário, caso afaste a decadência, poderá julgar desde logo a lide, concedendo a segurança.
- e) Contra o acórdão unânime que for proferido pelo tribunal caberá, em tese, embargos declaratórios e recursos excepcionais.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

38. O artigo 56 do Código de Processo Civil preceitua:

“Art. 56. Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito que controvertem autor e réu, poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos.”

Considerando-se o instituto processual de que trata essa norma legal, assinale a resposta **CORRETA**.

- a) A oposição será oferecida por meio de requerimento dentro dos próprios autos da ação judicial em que litigam os opostos, da qual estes serão intimados para apresentar impugnação.
- b) A existência de constrição judicial sobre a coisa que controvertem autor e réu é pressuposto para o oferecimento da oposição.
- c) Se um dos opostos reconhecer a procedência do pedido do oponente, a oposição continuará contra o outro.
- d) O terceiro que não oferecer oposição em tempo oportuno – antes de proferida sentença – será atingido pelos efeitos da coisa julgada que se formar naquela ação, ficando prejudicado o direito que ele eventualmente possuir sobre a coisa litigiosa.
- e) Na ação judicial que estiver correndo à revelia do réu não será cabível a oposição.

39. Sobre os vícios processuais, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) argüida e decretada a nulidade da citação e transcorrido o prazo para a interposição de recurso contra tal decisão, novo ato citatório será realizado, do qual computar-se-á o prazo para a apresentação de defesa.
- b) a inobservância da forma estabelecida pela lei para a lavratura de termos processuais, fazendo-se uso indevido de abreviaturas, constitui irregularidade sem conseqüência no âmbito do respectivo processo.
- c) o retardamento, sem justo motivo, de providência que o juiz deva ordenar de ofício configura irregularidade que acarreta reflexos unicamente extraprocessuais, permanecendo íntegra a eficácia do ato praticado a destempo.
- d) as sentenças eivadas dos vícios mais graves, uma vez passadas em julgado, são eficazes; só perdem a eficácia se rescindidas.
- e) as nulidades instituídas precipuamente no interesse das partes são sanáveis.

40. Assinale a resposta **INCORRETA**.

- a) Em qualquer ação, o ato judicial que julga improcedente o pedido classifica-se como sentença declaratória.
- b) Os efeitos jurídicos das sentenças condenatórias e declaratórias reportar-se-ão sempre ao passado (*ex tunc*). Por sua vez, as sentenças constitutivas só produzem efeitos para o futuro (*ex nunc*).
- c) Sentença terminativa é a que reconhece a impossibilidade de julgamento do mérito; enquanto sentença definitiva é a que decide o mérito da causa, no todo ou em parte. Ambas produzem coisa julgada formal.
- d) As sentenças *extra* e *citra petita* contêm vícios insanáveis e, por isso, quando impugnadas, devem ser anuladas para que outras sejam proferidas. Já a sentença *ultra petita* não incide em nulidade, podendo ser corrigida pelo próprio tribunal no julgamento do recurso.
- e) A sentença que reconheça a existência de obrigação possui eficácia executiva.

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

41. Dentre os princípios da Ordem Econômica e Financeira estabelecida na Constituição podemos apontar, **EXCETO**:

- a) defesa do meio ambiente.
- b) propriedade privada.
- c) função social da propriedade.
- d) soberania nacional.
- e) pleno emprego.

42. Analise as seguintes assertivas quanto ao processo legislativo previsto na Constituição de 1988.

I – A iniciativa legislativa para a proposição de emenda constitucional é concorrente.

II – Em regra, o processo legislativo inicia-se na Câmara dos Deputados, em homenagem ao princípio democrático.

III – Não poderá haver emendas parlamentares em projeto de lei cuja iniciativa seja exclusiva do chefe do Poder Executivo.

IV – A medida provisória e o decreto presidencial são exemplos de espécies normativas previstas na Constituição de 1988.

- a) As opções I e IV estão corretas.
- b) As opções I e II estão corretas.
- c) As opções II e III estão corretas.
- d) As opções III e IV estão corretas.
- e) As opções I, II e IV estão corretas.

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

43. Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A legitimidade do Presidente da República para propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade deve obedecer à pertinência temática.
- b) Os partidos políticos têm legitimidade para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade em relação a quaisquer matérias, devendo, entretanto, obedecer ao requisito da pertinência temática.
- c) A legitimidade do Procurador-Geral da República para a propositura de Ação Direta de Constitucionalidade é universal.
- d) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil não possui legitimidade para propor Ação Direta de Constitucionalidade, somente Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- e) A confederação sindical possui legitimidade universal para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Direta de Constitucionalidade.

44. Analise as seguintes assertivas quanto aos municípios:

I – podem estabelecer legislativamente outras hipóteses de crime de responsabilidade dos Prefeitos na Lei Orgânica.

II – podem legislar, de forma complementar à legislação federal e estadual, quanto a danos ao consumidor.

III – são considerados pela Constituição de 1988 como entidade da federação.

IV – poderão instituir e arrecadar tributos de sua competência, desde que haja autorização em legislação estadual.

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas a assertiva IV está correta.
- c) Todas as assertivas estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

45. À luz dos dispositivos constitucionais de regência, assinale a opção **INCORRETA**.

- a) É entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.
- b) Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.
- c) É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- d) O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, reguladas em lei.
- e) São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

46. É possível ter-se como violação aos princípios constitucionais que norteiam a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- a) a investidura em cargo ou emprego público dependente de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- b) a convocação com prioridade sobre novos concursados do candidato aprovado em concurso público de provas e títulos, durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- c) a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada.
- d) a remuneração dos servidores públicos e o subsídio fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.
- e) a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não podendo exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

47. Tratando-se de Sistema Único de Saúde, compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

II - planejar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

III - executar a formação de recursos humanos na área de saúde;

IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

V - incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico;

VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, excluído o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele não compreendido o do trabalho.

- a) Apenas a alternativa VII está correta.
- b) Apenas a alternativa III está incorreta.
- c) As alternativas II e III estão corretas.
- d) Todas as alternativas estão incorretas.
- e) As alternativas I e IV, V e VII estão corretas.

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

48. Dispõe a Constituição que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, percentual mínimo da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, sendo **INCORRETO** afirmar que:

- a) o percentual fixado à União é de nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.
- b) o não-cumprimento do repasse da complementação de recursos pela União sempre que, no Distrito Federal e em cada Estado, o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente importará crime de responsabilidade da autoridade competente.
- c) poderão ser contempladas além das escolas públicas integrantes dos sistemas de ensino federal, estadual e municipal, as escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, desde que comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação ou ainda que assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.
- d) os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino não poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio.
- e) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão assegurar, no financiamento da educação básica, a melhoria da qualidade de ensino, de forma a garantir padrão mínimo definido nacionalmente.

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

49. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas aos órgãos ambientais, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - promover a educação ambiental no nível fundamental de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

a) As opções I, II e IV estão corretas.

b) Todas as opções estão corretas.

c) As opções I e II estão corretas.

d) As opções II e IV estão corretas.

e) As opções I e IV estão corretas.

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

50. Consagrou a Carta da República o controle externo através do Conselho Nacional do Ministério Público o qual tem desempenhado função de efetivo órgão de democratização e transparência, sendo **INCORRETO** afirmar que:

a) compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

b) tem-se na composição do CNMP o Procurador-Geral da República, que o preside; quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras; quatro membros do Ministério Público dos Estados; dois juízes, um indicado pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça; um advogado, indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; e dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

c) compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe, dentre outras, zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências.

d) ao Conselho Nacional do Ministério Público a Constituição Federal deu poderes para, de ofício ou mediante provocação, zelar pela legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas.

e) compete ao Conselho do Ministério Público rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano.

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

51. No dizer de Hely Lopes Meirelles, “[...] o concurso é o meio técnico posto à disposição da Administração para obter-se moralidade, eficiência e aperfeiçoamento do serviço público, e, ao mesmo tempo, propiciar igual oportunidade a todos os interessados que atendam os requisitos da lei”. A propósito do tema, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Somente por lei se pode sujeitar ao exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.
- b) O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
- c) É inconstitucional toda modalidade que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado a seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.
- d) É peremptoriamente vedada qualquer discriminação entre brasileiros natos ou naturalizados.
- e) NDA

52. Sobre a inexigibilidade da licitação, assinale a opção **INCORRETA**.

- a) É legalmente vedada a inexigibilidade da licitação para contratação de serviços de publicidade e divulgação.
- b) É inexigível a licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- c) É inexigível a licitação para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa, ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.
- d) É taxativo o rol de causas de inexigibilidade contido na legislação de regência.
- e) NDA

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

53. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior. Sobre este tributo, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Não poderá ser seletivo, ainda que em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.
- b) Alguns aspectos de sua disciplina são regulados por atos normativos que não têm a natureza de lei em sentido formal.
- c) Incidirá sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços compreendidos na competência tributária dos Municípios.
- d) Quando o destinatário da operação interestadual não for contribuinte do ICMS, a alíquota a ser praticada é a interestadual.
- e) NDA

54. As taxas, não raro, são instituídas indevidamente pelos legisladores das três esferas de governo, com a preocupação de preencher depressões financeiras do Erário. Sobre essa espécie tributária, assinale a opção **INCORRETA**.

- a) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- b) Possui natureza compulsória, isto é, basta estar o serviço público específico e divisível à disposição do contribuinte para sua cobrança.
- c) Enquadra-se na imunidade recíproca entre os entes federados.
- d) Proíbe-se a cobrança da taxa cuja base de cálculo seja idêntica à dos impostos.
- e) NDA

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

55. Em relação ao controle dos atos administrativos, é **CORRETO** afirmar que:

- a) a adequação dos atos administrativos do Poder Judiciário à ordem jurídica é mister reservado, também, ao Ministério Público.
- b) para a licitude do ato, faculta-se à Administração Pública observar as limitações externas perante a finalidade e as internas que se impõem no regime de competência.
- c) trata-se a discricionariedade administrativa de efetiva liberdade para a Administração decidir a seu talante, visando tornar perfeito o desiderato normativo.
- d) ao Poder Judiciário é defeso analisar e decidir acerca de ato administrativo discricionário.
- e) a atividade administrativa não pode, em sede de controle jurisdicional, ser objeto de consideração sob o crivo da legalidade.

56. São princípios fundamentais do instituto da Licitação, dentre outros:

- I - julgamento subjetivo.
- II - igualdade.
- III - publicidade.
- IV - gratuidade.

Está **CORRETO**:

- a) Apenas o que se afirma em I.
- b) Apenas o que se afirma em I e II.
- c) Apenas o que se afirma em II e III.
- d) Apenas o que se afirma em III e IV.
- e) Todos os incisos estão corretos.

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

57. Assinale a alternativa **INCORRETA**. *O Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Particular*

- a) conjuga-se com o postulado da indisponibilidade, porquanto irrenunciável a ação do Estado diante do dever de atuação.
- b) permite a existência das chamadas *cláusulas exorbitantes* no bojo dos contratos administrativos, em prol da Administração Pública.
- c) busca imprimir eficácia aos atos administrativos.
- d) não se compatibiliza com a dimensão pública dos interesses individuais.
- e) não possui preeminência em relação ao postulado da legalidade.

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

58. Analise as afirmativas relacionadas com as instituições do Direito Tributário pátrio:

I - O Princípio da Anterioridade Tributária guarda pertinência com o postulado da não-surpresa tributária.

II - O Princípio da Legalidade Tributária não significa um direito do Fisco, visto que traduz uma limitação em sua ação, conforme dispõe o artigo 150 da Constituição Federal.

III - Compete aos Estados instituir impostos sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

IV - A incidência do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza depende da denominação da receita ou do rendimento, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção.

É **CORRETO** o que se afirma:

- a) Apenas em IV.
- b) Nenhum dos incisos está correto.
- c) Apenas em III e IV.
- d) Apenas em I.
- e) Apenas em I e II.

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

59. Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) O Princípio da Moralidade, não obstante proeminente - porque impõe ao administrador público laborar com probidade - não está expressamente discriminado na Constituição Federal.
- b) para a validade do ato administrativo, basta a aplicação do postulado da legalidade, restando dispensável observar o aspecto ético da respectiva conduta administrativa.
- c) Para José Afonso da Silva, *eficiência* significa fazer acontecer com racionalidade, o que implica medir os custos que a satisfação das necessidades públicas importam em relação ao grau de utilidade alcançado.
- d) A proibição de acumular estende-se a empregos e funções, não alcançando, porém, as fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- e) Os meios utilizados no exercício da atividade administrativa prescindem de qualquer adequação para os fins pretendidos.

60. Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, os princípios do Direito Administrativo Brasileiro representam *diretrizes de acatamento obrigatório para a Administração*; isto é, significam postulados que dimanam do próprio sistema jurídico, a saber, dentre outros:

I - publicidade; oficialidade; obediência à forma e aos procedimentos.

II - lealdade, boa fé e verdade material.

III - pluralidade de instâncias; economia processual.

IV - audiência do interessado; acessibilidade aos elementos do expediente.

- a) É **VERDADEIRO** o que consta apenas em I e III.
- b) É **FALSO** o que consta apenas em IV.
- c) É **FALSO** o que consta apenas em II e IV.
- d) Todos os incisos são **FALSOS**.
- e) Todos os incisos são **VERDADEIROS**.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

61. Assinale a única alternativa **INCORRETA**, no que diz respeito à legislação que norteia as eleições para os diversos cargos no País.

- a) As despesas com transporte ou deslocamento de candidato e de pessoal a serviço das candidaturas são consideradas gastos eleitorais, sujeitos a registro e aos limites fixados na lei.
- b) Na propaganda eleitoral em geral, é permitida a realização de *showmício* e de evento assemelhado para promoção de candidatos, desde que autorizados previamente pela Justiça Eleitoral.
- c) No ano em que se realizar eleição, é possível a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração, no caso de algumas hipóteses excepcionais estabelecidas pela norma eleitoral.
- d) Nos 3 (três) meses que antecedem o pleito eleitoral, é permitida ao agente público a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança.
- e) Nos termos da Lei Complementar nº 64/90, o cidadão não possui legitimidade para pedir a Justiça Eleitoral a abertura de investigação judicial eleitoral para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou de autoridade, em benefício de candidato ou de partido político.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

62. Assinale a alternativa **CORRETA**, relativamente ao disposto na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93).

- a) O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária anual, encaminhando-a diretamente ao Poder Legislativo.
- b) O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional é considerado órgão da Administração Superior do Ministério Público.
- c) São elegíveis para o Conselho Superior do Ministério Público Procuradores e Promotores de Justiça que não estejam afastados da carreira.
- d) Em caso de extinção do órgão de execução, será facultado ao Promotor de Justiça remover-se para outra Promotoria de igual entrância ou obter a disponibilidade com vencimentos integrais e a contagem de tempo de serviço como se em exercício estivesse.
- e) A apuração de infração penal por parte de membro do Ministério Público compete ao Corregedor-Geral do Ministério Público.

63. Em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) em casos expressos em lei, aquele diploma legal aplica-se excepcionalmente às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
- b) podem adotar os maiores de vinte e um anos de idade, ainda que solteiros.
- c) verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar à criança a medida de inserção em regime de semiliberdade, dependendo da gravidade do ato.
- d) a concessão da remissão diretamente pelo membro do Ministério Público, como forma de exclusão do processo, somente será possível antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional.
- e) das decisões proferidas pelo Juiz da Infância e Juventude, no processamento dos recursos de apelação e agravo de instrumento, cabe júízo de retratabilidade.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

64. Assinale a alternativa **CORRETA**, no que concerne ao Código de Defesa do Consumidor.

- a) Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, inclusive as decorrentes das relações de caráter trabalhista.
- b) O fornecedor do produto ou serviço não é solidariamente responsável pelos atos de representantes autônomos.
- c) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em sessenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e produtos não duráveis.
- d) O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.
- e) As entidades e órgãos da Administração Pública direta e indireta especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos dos consumidores são legitimados concorrentemente para sua defesa em juízo, desde que possuam personalidade jurídica.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

65. Sobre a Lei de Improbidade Administrativa - LIA (Lei nº 8.429/92), é **INCORRETO** afirmar que:

- a) adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público é considerado ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- b) a ofensa pelo agente público ao princípio da legalidade, por si só, caracteriza-se como ato de improbidade administrativa que atenta contra princípio da Administração Pública e que também causa prejuízo ao erário.
- c) é vedada a conciliação nas ações fundadas na LIA.
- d) a Fazenda Pública, quando for o caso, promoverá as ações necessárias à complementação do ressarcimento do patrimônio público.
- e) a mera negativa de publicidade a ato oficial por agente público pode ser considerada ato de improbidade administrativa.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

66. Nos termos da Lei nº 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), é **CORRETO** afirmar que:

- a) as associações que estejam constituídas há pelo menos um ano e incluam entre suas atividades a proteção do interesse tutelado poderão propor ação civil pública e, como medida preparatória, instaurar inquérito civil público para a produção de provas.
- b) a multa cominada liminarmente só será exigível do réu após o trânsito em julgado da sentença, sendo devida desde a data do evento danoso.
- c) a recusa, o retardamento ou a omissão de dados requisitados pelo Ministério Público no transcurso de inquérito civil público constitui-se em fato típico definido na Lei de Ação Civil Pública, cuja ação penal é pública condicionada.
- d) o juiz poderá conferir efeito suspensivo aos recursos interpostos em sede de Ação Civil Pública, para evitar dano irreparável à parte.
- e) em caso de sucumbência, independentemente de comprovada má-fé, a associação autora estará sujeita à condenação em honorários advocatícios, custas e despesas processuais.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

67. Assinale a alternativa **INCORRETA**, em relação ao contido na Lei Complementar n° 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

- a) Para a apuração da receita corrente líquida dos Estados são deduzidas as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional.
- b) As despesas de pessoal executadas anualmente pelos Municípios não poderão ultrapassar 60% da respectiva receita corrente líquida.
- c) Os valores executados a título de indenização por servidores ou empregados serão computados na verificação dos limites estabelecidos para despesa de pessoal.
- d) Nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio total.
- e) A fiscalização do cumprimento das normas da LRF será efetivada pelo Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, pelo sistema de controle interno de cada Poder e pelo Ministério Público.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

68. No que concerne ao Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), é **CORRETO** afirmar que:

- a) o Estatuto foi instituído com o objetivo de regular os direitos assegurados às pessoas com idade superior a 60 (sessenta) anos.
- b) as transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo judicial nos termos da lei processual civil.
- c) aos maiores de 60 (sessenta) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.
- d) constitui crime, apenado com reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa, impedir ou embarçar ato do representante do Ministério Público ou de qualquer outro agente fiscalizador.
- e) é assegurada prioridade na tramitação dos processos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como autora pessoa com idade superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

69. Sobre o direito de acessibilidade, marque a opção **INCORRETA**.

- a) Em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção.
- b) As disposições da Lei 10.098/2000 aplicam-se aos edifícios ou imóveis declarados bens de interesse cultural ou de valor histórico-artístico, desde que as modificações necessárias observem as normas específicas reguladoras destes bens.
- c) Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.
- d) Caberá ao Poder Legislativo, com base em estudos e pesquisas, verificar a viabilidade de redução ou isenção de tributo para a aquisição e importação de equipamentos novos ou usados que não sejam produzidos no País, necessários no processo de adequação do sistema de transporte coletivo, desde que não existam similares nacionais.
- e) A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

70. Assinale a opção **CORRETA**.

- a) Todas as unidades de conservação devem possuir uma zona de amortecimento e corredores ecológicos.
- b) São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo todos os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, os fiscais dos órgãos incumbidos da defesa do patrimônio cultural, bem como os agentes das Capitâneas dos Portos, do Ministério da Marinha.
- c) As unidades de conservação podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão.
- d) As coisas tombadas somente poderão ser destruídas, demolidas ou mutiladas com prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- e) As empresas industriais que, por sua natureza, consumirem grandes quantidades de matéria prima florestal serão obrigadas a manter, dentro de um raio de 100 km, um serviço organizado, que assegure o plantio de novas áreas, em terras próprias, cuja produção sob exploração racional, seja equivalente, no mínimo, a 50% do total consumido para o seu abastecimento.

GABARITO

1.	B	36.	E
2.	C	37	E
3.	A	38	C
4.	C	39	A
5.	A	40	B
6.	A	41	E
7.	A	42	B
8.	D	43	C
9.	B	44	D
10.	A	45	B
11.	C	46	C
12.	B	47	E
13.	D	48	D
14.	B	49	A
15.	D	50	B
16.	C	51	D
17.	A	52	D
18.	E	53	B
19.	A	54	C
20.	C	55	A
21.	C	56	C
22.	E	57	D
23.	A	58	E
24.	D	59	C
25.	D	60	E
26.	A	61	B
27.	B	62	D
28.	E	63	C
29.	C	64	D
30.	A	65	B
31.	A	66	D
32.	D	67	C
33.	D	68	D
34.	C	69	D
35.	E	70	C